



Ministério da
Integração Nacional



Brasília, DF – 09.01.12

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em Brasília, no âmbito do Departamento de Polícia Federal, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) tem conhecimento de inquérito policial oriundo da chamada "Operação João de Barro", deflagrada para apurar fraudes em licitações no estado de Minas Gerais.

À época, por solicitação do Sr. Procurador-Geral da República, todos os inquéritos policiais instaurados foram unificados no STF (Supremo Tribunal Federal), tombado sob o número INQ 2427 (PET 3683), instaurado em 2007 - época em que o Ministério da Integração Nacional NÃO ERA dirigido pelo atual Ministro, tampouco coincide com a gestão interina do Sr. Clementino, processo esse que está no Gabinete do Ministro Relator aguardando manifestação.

À época, um Gerente-Executivo da Codevasf, Sr. Alexandre Isaac Freire, chegou a ser preso e, com isso, por não ser funcionário de carreira da Codevasf, foi exonerado da função. Durante o processo, a Codevasf atendeu todas as solicitações da Polícia Federal e/ou da Poder Judiciário, até mesmo porque tem interesse na transparência e na elucidação do caso.

Ressalte-se que no atual período de vacância da Presidência da Codevasf (Jan/11 até Jan/12), a Codevasf não tomou conhecimento da instauração de inquéritos policiais. Por oportuno, cumpre destacar que a Diretoria-Executiva da Codevasf era formada, em 2008, pelo Presidente (Orlando Cesar da Costa Castro) e pelos Diretores (Clementino de Souza Coelho, Ricardo Luiz Santos e Raimundo Deusdará Filho).

Como pode ser observado, então, inexistem inquéritos policiais onde a Codevasf ou um dirigente atual tenha sua conduta apurada pela Polícia Federal.

Mais informações: www.codevasf.gov.br

Contato: Assessoria de Comunicação e Promoção Institucional da Codevasf

Fone: (61) 3312 - 4860/4627/4769

E-mail: divulgacao@codevasf.gov.br